

FLUXOS COMERCIAIS DE PRODUTOS REGIONAIS E TRABALHO EM FEIRAS, MERCADOS E PORTOS DE BELÉM¹

Iraneide Souza Silva²
Edna Maria Ramos de Castro³

Resumo: Neste artigo procura-se analisar a realidade do trabalho de vários agentes associados aos fluxos comerciais de produtos regionais, tendo como *locus* de observação as feiras, mercados e portos localizados na orla fluvial da cidade de Belém, capital do estado do Pará. Trata-se de espaços públicos voltados ao abastecimento, mas estruturados por relações sociais que permeiam as trocas comerciais e as interações culturais entre a metrópole e o seu entorno rural e de

1 - Trabalho baseado na dissertação de mestrado defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará, Embrapa Amazônia Oriental e Museu Paraense Emílio Goeldi, sob orientação da Profa. Dra. Edna Castro, no âmbito de seu Projeto de Pesquisa "Cidades na Pan-Amazônia: globalização, mercados e transformações socioterritoriais" (CNPq/Projeto Universal).

2 - Socióloga, Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará (PPGCA); Assistente em Ciência e Tecnologia do Museu Paraense Emílio Goeldi.

3 - Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França. Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA, UFPA). Orientadora.



pequenas cidades que produzem bens para fins alimentares, medicinais, ornamentais, artesanais e ainda outros usos, com valor econômico e cultural. Neste universo, identificam-se os atores e agentes, as categorias de trabalho no mercado informal, as formas de organização das atividades e a representação socioeconômica na geração de renda e reprodução social de trabalhadores urbanos.

Palavras-chave: Trabalho; produtos regionais; comercialização; orla fluvial; Belém.

Introdução

As trocas econômicas e socioculturais entre grupos sociais permitem múltiplas possibilidades de análise, em diversos campos do conhecimento. Estudos sobre o trabalho em ambientes de feiras e mercados no Brasil têm contribuído para descortinar este universo, que envolve categorias de atores sociais atuando em espaços com características distintas nas cidades brasileiras. Citamos as análises de Rocha et al. (2010) e Sá, Costa e Tavares (2006), sobre as feiras de produtores rurais em Passo Fundo (RS) e Santarém (PA); de Sato (2007) sobre feiras temporárias em São Paulo (SP); a coletânea de Leitão (2010) sobre mercados populares em Belém (PA), entre outras fontes, nas abordagens sobre as estratégias de reprodução social e as interfaces entre ambientes e agentes no escoamento da produção rural e na cadeia comercial nos centros urbanos.

No contexto amazônico, essas práticas comerciais com base em recursos naturais fomentam o debate acerca do conhecimento das populações tradicionais e de suas territorialidades (CASTRO, 1999; 2009), associado ao uso sustentável da *sociobiodiversidade*⁴ e o potencial econômico de produtos flo-

4 - Termo que “expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais”, conforme o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (BRASIL, 2009).

restais não madeireiros (PFNMs)⁵ com fins medicinais (LIMA, COELHO-FERREIRA e OLIVEIRA, 2011, p. 422-434), alimentares, ornamentais, artesanais, matérias-primas, que se revestem de valor cultural e são provedoras de renda e trabalho para populações rurais e urbanas. Neste sentido, o trabalho associado à comercialização de produtos regionais pode ser considerado como o vetor de transformação de recursos da natureza em bens de uso e de troca.

A pesquisa teve como objetivo analisar as práticas sociais de trabalhadores informais em mercados e feiras de Belém e descrever como funcionam as redes sociais de circulação de produtos que vem de varias lugares no interior do Estado - procura mostrar na articulação de redes de produção e de circulação, as motivações de consumidores que se deslocam aos mercados e feiras a procurar um tipo de consumo que tem a ver com a cultura da biodiversidade da floresta e de rios.

No cenário local, a cidade de Belém se apresenta como um terreno fértil para o estudo sobre trabalho associado aos fluxos comerciais de produtos regionais em feiras livres, mercados populares e portos públicos da orla fluvial da cidade que, além de um dos traços marcantes da paisagem urbana, define-se como um território de reprodução do trabalho, pois historicamente foi apropriada por empresas, comércios e serviços de grande e médio porte (44%), comércios de pequeno porte (33%), galpões (5%), moradias (2%) e o Estado detém 9% dos terrenos (TRINDADE Jr.; SANTOS; RAVENA, 2005), e agrega um grande número de trabalhadores no escoamento da produção rural, favorecidos pelo acesso ao rio Guamá e à baía do Guajará. Neste ambiente, o olhar foi direcionado aos trabalhadores que atuam no Complexo do Ver-o-Peso (feira e mercado), no Porto da Palha, Porto do Açaí/Complexo

5 - Entre os produtos florestais não madeireiros podem ser incluídos desde produtos não lenhosos de origem vegetal ou animal a serviços sociais e ambientais e, ainda, espécies usadas para alimentação (comestíveis), forragem, combustível, medicinais, fibras, bioquímicos etc. (REBÊLO et al., 1997, SANTOS et al., 2003). Nesta pesquisa, foram identificados entre os PFNM as frutas regionais, verduras, legumes, ervas, sementes, cipós, resinas, folhagens e outras espécies de valor comercial.



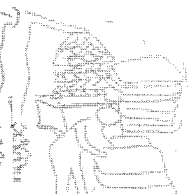
de Abastecimento do Jurunas e na Feira da orla de Icoaraci, identificados como pontos de convergência de trabalhadores informais, onde se percebe um fluxo intenso de pessoas e produtos entre a capital e as cidades do interior.

Portanto, conhecer a realidade do trabalho vinculado aos fluxos comerciais na dinâmica das feiras, mercados e portos da orla fluvial da cidade de Belém é o objetivo principal deste estudo e torna-se relevante para a análise das práticas e relações interculturais que permeiam os fluxos comerciais de produtos regionais, cujas espécies agregam valor econômico, cultural e simbólico, garantindo a reprodução social de trabalhadores rurais e urbanos.

Antecedentes: a economia com base extrativista

A cidade de Belém surge em 1616, como a primeira aglomeração urbana na Amazônia, tendo como determinante histórico o interesse de expansão do domínio da Coroa portuguesa na América do Sul, que foi “o maior feito geográfico de Portugal em termos de continentalidade” (MOREIRA, 1966). Por sua localização em relação ao estuário, afirma-se como centro de irradiação continental e ponto de confluência e de inter-relações marítimas e continentais, que marcam a conquista da bacia amazônica e o avanço das fronteiras.

Eis porque, direta ou indiretamente, quase todas as cidades da Amazônia brasileira se acham filiadas historicamente a ela. [...] nenhuma região dependeu tanto de uma cidade como a Amazônia dependeu de Belém. Nada se fez aí senão com base nela ou através dela [...]. Não esqueçamos que a fundação da cidade ocorreu na fase mais aguda da conquista do setentrão brasileiro. O ato mesmo dessa fundação abre o ciclo final dessa conquista (MOREIRA, 1966, p.15).



A formação da cidade em relação às águas estuarinas desenha-se a partir da doação de terras a colonos portugueses e a ordens religiosas. Colonos e soldados, com auxílio do trabalho indígena, começaram a abrir caminhos paralelos ao rio Guamá, que se transformaram nas primeiras ruas da cidade, como a Rua do Norte (atual Siqueira Mendes), a Rua do Espírito Santo (Dr. Assis), a Rua dos Cavaleiros (Dr. Malcher) e outras que surgiram com a expansão do núcleo urbano (SARGES, 2010). No sentido paralelo ao rio Guamá, a ocupação é mais antiga, desde o século XVII, com a presença de populações indígenas ao longo da margem direita do rio:

[...] a partir do século XVIII a área onde se localiza o bairro do Jurunas foi sendo lentamente incorporado à área de expansão da cidade. As primeiras ruas surgiram a partir da abertura de caminhos que permitiam, às vezes com muita dificuldade, o trânsito entre o centro e as terras que estavam sendo utilizadas para moradia e/ou para atividades econômicas de baixo custo e rendimentos, pela população mais pobre, que utilizava áreas devolutas para construir chácaras, vacarias, coqueiras, canteiros e hortas (RODRIGUES, 2008, p.145).

As transformações urbanas em Belém acompanham a história econômica e política da Amazônia desde os tempos coloniais. A economia associada à exploração das “riquezas naturais” foi a condição primeira para a sua consolidação como metrópole e centro polarizador de pequenas e médias cidades do seu entorno e como maior entreposto comercial da região Norte.

A primeira fase de inserção econômica da Amazônia no cenário nacional e mundial teve como base a exploração das drogas do sertão⁶. Como reflexo, Belém se torna sede da Província do Grão-Pará e Maranhão, em 1751, apresentando

6 - Segundo Oliveira (1983, p.170), as drogas do sertão eram o cacau, a salsaparrilha, o urucu, o cravo, a canela, o anil, as sementes oleaginosas, as raízes aromáticas, o puxuri, a baunilha e, também, as madeiras. Acrescentam-se a essas, milho, batata doce, mandioca, baunilha, tomate, amendoim, pimenta, mamão, maracujá, abacate, açaí, cupuaçu, bacuri (MENDES; SACHS, 1997, p.133-134).



alto índice demográfico e expansão urbana (COELHO, 1996, p.103; SARGES, 2010, p.77-78).

A fase de maior prosperidade aparente, entre 1840 e 1920 (MENDES; SACHS, 1997) foi gerada pela exportação do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*), quando Belém se torna o maior entreposto comercial e polo econômico da região. Aliado a isso, o governo Antônio Lemos (1897-1911) realizou importantes intervenções urbanísticas, como os *boulevards*, praças e parques, o Teatro da Paz, o Mercado de Ferro do Ver-o-Peso, os Palacetes Bolonha e Pinho, entre outras obras, além dos investimentos em serviços urbanos, como bondes elétricos, calçamento de ruas, iluminação pública, arborização e plantio de mangueiras nas grandes avenidas, o que até hoje confere a Belém o título de “cidade das mangueiras”. Neste período, consolidam-se os bairros Umarizal, Nazaré e Batista Campos, beneficiando a elite instalada nas áreas centrais da cidade, em contraste com a população pobre, que ocupou as áreas alagadas e periféricas (SARGES, 2000, p.14-15; 125).

Essa prosperidade foi abalada pela queda nas exportações do látex no mercado mundial entre, 1911 e 1914, provocando o colapso da economia gomífera. A produção das colônias inglesas na Ásia foi determinante, aliada ao desca-so político aos interesses da região pelo poder local e central (SARGES, 2010; SANTOS, 1980). Entre 1939 e 1945, a Amazônia reviveu a economia da borracha durante a Segunda Guerra Mundial, para suprir a indústria bélica dos países aliados em retaliação à produção asiática, quando a região recebeu novo fluxo de migrantes na década de 1940 – os “soldados da borracha”.

Posteriormente emerge a fase das matérias-primas como ferro, manganês, alumínio, cobre, ouro e outros minerais nobres, aliada ao estímulo à colonização dirigida na Amazônia, nas diretrizes do Programa de Integração Nacional (PIN) implementado pelo governo militar, viabilizado, em parte, pelos incentivos fiscais e pela abertura das rodovias Belém-Brasília, Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163) (MENDES, SACHS, 1997, p.134-135; OLIVEIRA, 1983). Dessa fase, a região herda a desigualdade na dis-tribuição social de



seus recursos naturais, incluindo-se o acesso à terra, gerando processos de exclusão social e “desterritorialização de grupos nativos – índios e caboclos, e a intensa mobilidade populacional” (FERREIRA; SALATI, 2005), além de conflitos, violência no campo e êxodo, que impactam na dinâmica dos centros urbanos.

Hoje, as grandes cidades sofrem com os efeitos negativos de um processo econômico perverso e excludente, pelo adensamento populacional, provocado, em parte, pelo êxodo rural (COELHO, 1996, p.159), cujo reflexo se percebe nas formas de ocupação socioespacial, que na capital se reproduzem pelas ocupações desordenadas nas áreas de terra firme e nas baixadas, gerando novas demandas por infraestrutura e expansão da malha urbana.

No cenário atual, Belém segue o modelo da sociedade moderna, nos “processos de acumulação e de concentração de capital e a precarização crescente das relações de trabalho que aprofundam e atualizam as contradições” (CASTRO, 2008, p.16), nos rumos da Amazônia contemporânea. Essas mudanças refletem-se nas cidades amazônicas, que reproduzem as múltiplas formas de apropriação dos espaços de produção e de trabalho, que traduzem o fenômeno urbano das cidades capitalistas. As transformações também correm no ambiente rural, com o desenvolvimento do agronegócio e do extrativismo de recursos naturais em larga escala, em especial nos setores madeireiro, pesqueiro, de mineração e de produtos não madeireiros.

Esses empreendimentos integram-se ao mercado mundial mantendo padrões exigidos de qualidade e competitividade, renovando estratégias de controle de qualidade nos mesmos processos produtivos. No caso de grandes empresas do complexo do alumínio, eles optaram por um modelo de gestão centrado nos conceitos de qualidade e segurança, introduzindo um planejamento estratégico com o objetivo de alcançar práticas participativas dos trabalhadores. Tanto as médias quanto as grandes empresas perfilam-se no campo comum da reatualização do extrativismo na região, embora com a incorporação de novas bases tecnológicas e organizacionais (CASTRO, 2005, p.47).



Em Belém, os novos padrões produtivos e de ocupação e verticalização dos espaços coexistem com padrões tradicionais de produção de bens e serviços, de informalidade acompanhada da precarização da vida urbana, reproduzindo traços culturais e particularidades de uma grande cidade que redesenha a passos largos a sua geografia e avança na dinâmica da metropolização, e ao mesmo tempo abriga comunidades com modos de vida tipicamente ribeirinhos (LISBOA, 2009), entre outros aspectos que regem as interações entre o urbano e o rural, permeadas por uma complexidade de relações e vínculos (NUNES, 2008).

Feiras, mercados e portos: trocas comerciais e culturais na orla fluvial de Belém

Grande parte da produção rural paraense é recebida nos portos públicos da orla fluvial de Belém e circula nas feiras e mercados nos bairros da cidade⁷, engajando diversas categorias de trabalhadores ao mercado informal, fazendo frente à força comercial dos supermercados e *hipercenters*, que representam a parte empresarial de grande porte no abastecimento da cidade. Castro e Santos (2006) e Furtado e Souza (2006) ressaltam a importância dos portos na dinâmica da cidade.

[...] os portos e trapiches são partes integradas à vida da cidade, como em muitas outras cidades amazônicas que se desenvolveram na relação com os cursos d'águas – rios, igarapés e furos – sendo os portos um lugar de trabalho, de troca de mercadorias, de circulação de informações e de outros valores simbólicos entre os que vivem nas cidades e aqueles das regiões do entorno, de áreas rurais, de povoados e de cidades

7 - Não incluídos os dados de Mosqueiro e Caratateua (Outeiro). Estas ilhas fazem parte dos Distritos Administrativos do município de Belém (BELÉM, 2012).

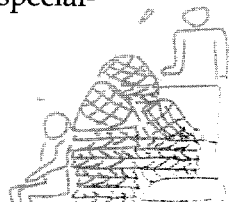


de menor porte que a metrópole. O porto também é o lugar de identidades, de laços de sociabilidade que são tecidos cotidianamente, em horários diferentes conforme diversas funções sociais e econômicas desenvolvidas nesse espaço. Um lugar de conectividade e, portanto, de articulação de redes sociais (CASTRO; SANTOS, 2006, p.31).

Ver-o-Peso, Porto da Palha, Porto do Sal, Genipapo, Vila da Barca, Mata-Fome, Icoaraci, Maguari e certamente outros são (ou foram) portos que têm significado nessa história entre Belém e as vilas e cidades ao redor de Belém. Estas como fornecedoras de produtos da roça, dos terrenos, da pecuária nas ilhas do Marajó, Caviana, Mexiana; da coleta de sementes oleaginosas nos rios e igarapés (como outrora a ucuúba, o murumuru, a andiroba cujo óleo extraído se destinava às fábricas de sabão existentes em Belém) e tinham cotação no mercado [...] (FURTADO; SOUZA, 2006, p.177).

Além dos portos públicos, os mercados e feiras são espaços públicos explorados economicamente, disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), sob o gerenciamento da Secretaria Municipal de Economia (SECON), por meio do Departamento de Feiras, Mercados e Portos (DFMP) no controle, fiscalização e representação do poder público nesses locais. Quanto à organização e funcionamento, o trabalho nos mercados e feiras é normalizado por legislação específica, com distinção entre os Mercados e Hortomercados, e as Feiras Livres. Em ambos, os trabalhadores são categorizados como **permissionários**.

Os mercados e hortomercados têm a “finalidade de propiciar à população o abastecimento de gêneros alimentícios e de outros artigos da vida doméstica” (Art.1º). São regidos pelo Decreto PMB nº 26.580/1994, como unidades da SECON. As feiras livres são locais previamente designados pela PBM em vias públicas ou em terrenos municipais ou particulares para esta finalidade, instaladas e fiscalizadas pela SECON. São dotados de equipamentos padronizados, removíveis ou não, destinados às atividades comerciais de varejo, para o abastecimento de gêneros alimentícios à população, especial-



mente os de origem hortigranjeira. São regidas pelo Decreto PMB nº 26.579/1994.

Os permissionários podem ser pessoas físicas (maiores e capazes) ou pessoas jurídicas legalmente constituídas, obedecendo aos Artigos 19º a 36º do Decreto 26.579/1994, que obedecem aos trâmites internos da SECON para aceitação do cadastro e emissão do carnê. O valor pago pelos permissionários à SECON para uso dos espaços tem variação de acordo com a localização e tipo de espaço:

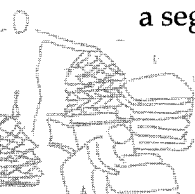
Tipo A = Feiras padronizadas no centro da cidade;

Tipo B = Feiras não padronizadas, localizadas na periferia.

Em ambos os tipos, a variação é regulada pela área ocupada pelo equipamento. O valor anual varia entre a maior área ocupada em equipamento tipo A e o menor espaço no tipo B:

- Maior valor Tipo A = R\$ 927,82 (12 x R\$ 77,32)
- Menor valor Tipo A = R\$ 154,64 (12 x R\$ 12,89)
- Maior valor Tipo B = R\$ 618,54 (12 x R\$ 51,55)
- Menor valor Tipo B = R\$ 103,09 (12 x R\$ 8,59)

Para se ter um panorama dos espaços disponibilizados pelo poder público para comercialização e abastecimento, foram visitados, georreferenciados e identificados 50 (cinquenta) feiras, mercados, hortomercados e portos de Belém. Como resultado, foi produzido o mapa de localização de todos os espaços, com base no cadastro da SECON, incluindo a atualização dos dados oficiais, com a identificação de cinco feiras livres não cadastradas, instaladas em bairros e conjuntos habitacionais de Belém (SILVA, 2011). Nesta etapa de reconhecimento foram observadas similaridades e especificidades entre os espaços, como a carência de infraestrutura, fiscalização, padrão de higiene, entre outras que impactam a qualidade do atendimento aos consumidores. Esses fatores foram determinantes na delimitação dos locais pesquisados, pelas práticas organizadas à beira-rio, cujas características são apresentadas a seguir.



O Complexo do Ver-o-Peso

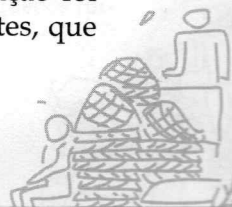
A origem do Ver-o-Peso data de 1688, com a criação do posto de fiscalização e controle alfandegário – a casa *Haver-o-Peso*. Começou com um ancoradouro simples, onde aportavam grandes barcos de pesca e pequenas canoas. O Mercado de peixe do Ver-o-Peso foi inaugurado em 1 de dezembro de 1901, na gestão de Antonio Lemos. Foi projetado pelo arquiteto Henrique La Rocque, no estilo *Art Nouveau* e sua estrutura em ferro foi importada da Inglaterra e montada em Belém (Figura 1). No interior do mercado havia talhos para a venda de peixes, mariscos, aves, tartarugas e congêneres, tabuleiros para frutas e outros ambulantes, dos quais eram cobradas taxas de entrada e comércio dos artigos.

Figura 1. Doca do Ver-o-Peso e mercado de ferro.



Fonte: SECULT, 1998.

Ao longo do tempo, o mercado e a feira passaram por várias reformas e intervenções. A última reestruturação foi realizada entre 1997 e 2004, com alterações importantes, que



incluiram a abertura de 130 m da orla da baía do Guajará, a reforma dos terminais de barcos, ajardinamento, estacionamento e padronização de barracas “cobertas com lonado tensionado, importado, não inflamável e durabilidade projetada para 20 anos” (CAMPELO, 2010, p. 61-62). O mercado de ferro recebeu pintura interna e externa, recuperação de paredes e vidros, padronização de boxes e lojas (Figura 2).

Na estrutura atual são disponibilizados mais de 1.000 equipamentos, agregando cerca de 2.000 trabalhadores diretos e indiretos, cadastrados ou não. Sua área é de 26.000m², incluindo o mercado de peixe, o mercado de carne, a feira, a Praça do Pescador e a Praça do Relógio (CAMPELO, 2010). O seu uso é regulamentado pelo Decreto Municipal nº 39.326/2001 (BELÉM, 2001), sob a responsabilidade da SECON, que mantém um posto avançado no Solar da Beira e um setor no interior do mercado. A segurança é atribuição da Polícia Militar, com rondas regulares nas áreas do Complexo.

Figura 2. Vista do atual Complexo do Ver-o-Peso.

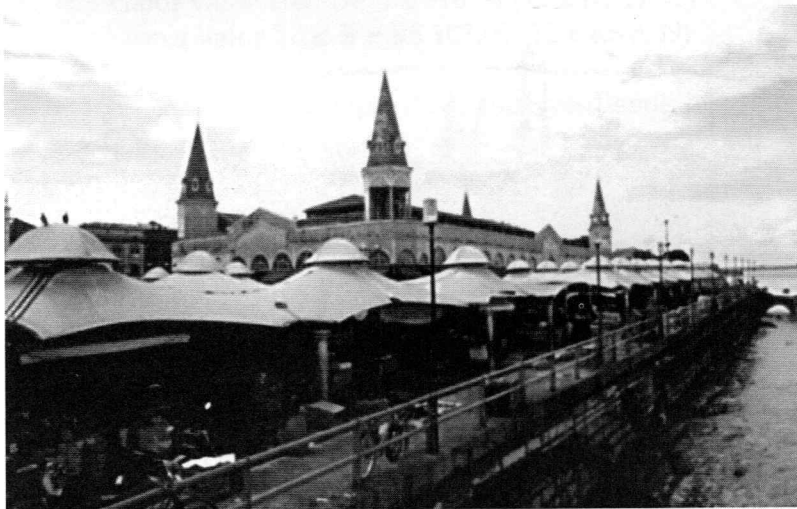


Foto: Lídia Souza.

Quanto à organização dos espaços, os equipamentos são adequados aos tipos de produtos e serviços, havendo a interdependência entre a feira e o mercado. Como exemplo, nos setores de alimentos prontos o movimento começa nas primeiras horas do dia para a venda do café da manhã; e a partir das oito horas começa o preparo do almoço. Em outros boxes, por volta das dez horas começa o processamento do açaí e o preparo do peixe, que é comprado mais cedo no mercado.

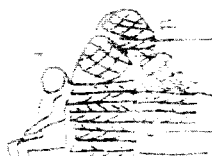
Na rotina de funcionamento, além dos permissionários que ocupam os equipamentos disponibilizados pela SECON, encontram-se outros vendedores ou prestadores de serviços avulsos, como ambulantes, carregadores, lavadores, arrumadores, sacoleiros, cambistas, manicures e outros que ali se instalam ou transitam, utilizando vários tipos de suportes: tabuleiros, estrados, encerados, caixotes, carros de mão em madeira (“boi-sem-rabo”), carrinhos de supermercado, bicicletas, além dos “descuidistas”⁸.

Portanto, o complexo do Ver-o-Peso acompanha a história da cidade como referência para as demais feiras e mercados de Belém e do interior do Pará, tanto por sua estrutura quanto pela diversidade de produtos regionais ofertados. Vem resistindo à pressão do grande capital, fazendo frente às redes de supermercados e atacadistas, mantendo-se como um importante centro de abastecimento (CAMPELO, 2010, p. 43). A seguir, apresentam-se aspectos dos espaços (feira e mercado), que se interconectam no comércio e serviços prestados entre os setores e para o público consumidor.

A Feira

Instalada na área entre a Praça do Pescador e o mercado. Além dos alimentos prontos, a feira apresenta uma mostra da diversidade dos produtos regionais, distribuídos em diversos setores, tais como:

8 - Como são denominados (pelos feirantes) os que cometem pequenos furtos, aproveitando o “descuido” dos consumidores e turistas.



- Plantas (ornamentais e medicinais): 6 lojas em madeira, para depósito e exposição em vasos e xaxins, que também são expostas nas paredes externas e nas calçadas.

- Mandioca/Macaxeira: 12 boxes com maquinário para processar mandioca (tucupi), maniva (crua e pré-cozida), macaxeira e coco. Também vendem jambu e carvão na área onde se reúnem os descascadores de mandioca (auxiliares/diaristas).

- Artesanato: 16 boxes com artigos em cerâmica, madeira, palha, penas, sementes e fibras, como vasos, amuletos, enfeites, cuias, bolsas, chapéus, cestas, peneiras, essências, cocares, brinquedos, bijuterias, biojoias, colares e muitos outros.

- Polpas: 8 boxes equipados com processadores e freezers para a produção de polpas e sucos de frutas regionais. É um dos setores preferidos pelos turistas.

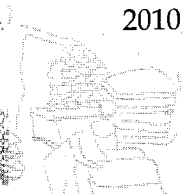
- Farinha, peixe e camarão secos, mercearia, castanhas e molhos: 145 boxes diferenciados. Para mercearia, embutidos e castanhas são em madeira e fechados; para farinha são abertos e baixos; para peixe, camarão e molhos são abertos, com balcões.

- Hortifrutigranjeiros: 622 boxes. É o maior setor da feira, onde muitos feirantes ocupam dois ou três boxes, além de ambulantes e verdureiros que ocupam as calçadas.

- Ervas: 80 boxes com produtos *in natura* ou manipulados, como plantas medicinais e aromáticas, raízes, óleos, banhas, sementes, pomadas, sabonetes, cremes, perfumes e outros. As “erveiras” ou “erveiros” estão entre as categorias mais representativas do Ver-o-Peso, pelo conhecimento das propriedades da flora amazônica.

O Mercado

Localizado na beira do rio, o mercado de peixe (ou mercado de ferro) abriga vários tipos de comércios e serviços nos 109 equipamentos. Na área externa há 32 lojas (CAMPELO, 2010, p. 51) de artigos esportivos, de pesca, religiosos, descar-



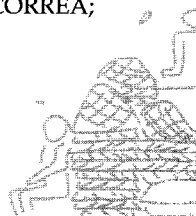
táveis, armazém, farmácia, bares, barbearia, tabacaria, material elétrico, confecções, tecidos, bares, lanchonetes, tanques para caranguejo e espaço para a venda de peixe salgado. Na área interna são 60 boxes ou talhos para a venda de peixe, camarão, ovas, mexilhão e outros mariscos, além de um banheiro público.

Nos talhos do mercado, entre as espécies de peixes ofertadas encontram-se a dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*), pescada branca (*Plagioscion squamosissimus*), pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), tamuatá (*Hoplosternum littorale*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), tucunaré (*Cichla temensis*), tambaqui, bagre branco (*Arius couma*), pescada gó (*Macrodon ancylodon Sehn.*) e muitas outras, além de camarão fresco regional (*Macrobrachium amazonicum*), camarão-rosa (*Farfantepenaeus subtilis*), caranguejo (*Ucides cordatus*), mexilhão (*Mytella falcata*) e ovas. Essa variedade reflete a abundância dos rios amazônicos e o trabalho dos pescadores artesanais e industriais.

Os boxes ou talhos são equipados com balcão, pia em aço inoxidável, armário, balança, cepo, freezer ou caixas de isopor para conservar o pescado. Em geral, o trabalho é organizado, com dois peixeiros por talho, que mantêm o padrão de higiene exigido pela Secretaria de Saúde. Contam com o auxílio do “lavador” para a limpeza e lavagem dos talhos e corredores do mercado, a cada meia hora.

No abastecimento do mercado, segundo Corrêa e Leitão (2010), os barcos começam a chegar a partir das três horas da madrugada, quando inicia o movimento na “pedra”⁹, no “processo de comercialização que envolve um conjunto variado e preciso de categorias de trabalhadores responsáveis pelo desembarque e distribuição do pescado, principalmente nas atividades dos agentes intermediários, chamados de balanceiros” (Ibid. p. 105). Segundo os autores, as categorias envolvidas neste processo são:

9 - Calçada próxima ao mercado Ver-o-Peso, com cerca de 200 m de extensão e 2m de largura, que vai da beira do rio até a Praça do Relógio (CORRÊA; LEITÃO, 2010, p.105)



- Pescador: é o dono do barco ou o encarregado responsável pela venda, que fica com a chave das urnas¹⁰ e realiza o desembarque, ajudado por tripulantes.
- Gelador: pescador especializado em acondicionar o pescado nas urnas para garantir a conservação e a qualidade. Coordena a retirada do peixe das urnas para o convés e conta com a ajuda de outros pescadores.
- Balanceiro: é um dos principais atores no escoamento da produção; faz a intermediação e agiliza os processos de venda, sob a observação do geleiro.
- Virador: trabalha para o balanceiro (pessoa de confiança, podendo ser parente deste), sendo responsável pela balança e equipamentos; recebe as basquetas do gelador, despeja o pescado nas caixas e ajuda os carregadores a levantá-las até a cabeça.
- Carregador: Trabalhador avulso, que carrega caixas de pescado na cabeça para os caminhões frigoríficos e outros veículos.

Ressalta-se que nos vários espaços do Complexo há permissionários que ocupam mais de um equipamento e inserem familiares na atividade, reforçando os vínculos sociais e de parentesco na organização do trabalho. Esta prática é prevista no Decreto 39.326/2001, Art. 41, pelo qual “O permissionário poderá ocupar até no máximo 03 (três) equipamentos” (BELÉM, 2001).

Neste universo, também se destacam as práticas culturais como as Festas de Santo, o banho de cheiro durante a quadra junina, o aniversário do Complexo e a homenagem a Nossa Senhora de Nazaré durante as procissões da Trasladação e do Círio, no mês de outubro, Numa iniciativa da Associação Ver-as-Ervas, em parceria com o Iphan, foi realizado o Inventário Preliminar de Referências Culturais do Ver-o-Peso, resultando em um Documentário lançado em 2010. Também é reconhecido como patrimônio histórico e cultural,

10 - Compartimento do porão da embarcação, revestido de isopor e poliuretano para conservar o gelo; é dividido por tábuas numeradas e removíveis (CORRÊA; LEITÃO, 2010, p. 112, nota dos autores).

tombado pelo Iphan em 1977 (LIMA, 2010. p.70). Além disso, é um dos ícones da paisagem local, que lhe conferem o título do mais importante cartão-postal de Belém, e referência para expressões artísticas na poesia, pintura, gravura, música, teatro, cinema, fotografia, além de ser objeto de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento.

Porto da Palha

Embora esteja entre os portos comerciais do município de Belém, não podemos precisar o contexto da criação do Porto da Palha, pela escassez de dados. Tomamos como referência a estruturação dos bairros de Batista Campos, Jurunas, Condor, Cremação e Guamá, com a abertura de ruas e avenidas ligando o centro da cidade aos “arrabaldes paralelos ao Guamá” (RODRIGUES, 2008, p.145), com a implementação do dique de proteção da orla do rio Guamá e, posteriormente, a abertura da Estrada Nova que, segundo Penteado (1973), trouxeram nova dinâmica a esses bairros, como a melhoria do acesso de pessoas e cargas. Este autor se refere aos pequenos portos na orla do Guamá: “Com seus sete portos, cada qual com características que os individualizam, forma o mais extenso dos setores portuários [...] se estende do rio Guamá até o furo do Maguari, abrangendo suas docas e 122 trapiches ou desembocadouros (PENTEADO, 1973, p.160).

Segundo um dos moradores mais antigos, o Porto chamava-se São Mateus, como extensão da antiga estrada de São Mateus (atual Tv. Padre Eutíquio), e passou por reformas entre 1966 e 1970:

Bem, o nome aqui era porto São Mateus, quando eu vim pra cá eu trabalhava na prefeitura, o prefeito de Belém era o Stélio Maroja - foi ele que transformou o Porto da Palha, inclusive o nome nós mudamos [...] Ele pediu que eu desse uma referência, e eu, em homenagem ao sindicato que tinha dos palheiros, eu dei o nome pra ele botar Porto da Palha, enten-

deu? Aí é o nome até hoje. A Padre Eutíquio era estrada de são Mateus, aí ele mudou botou Porto da Palha. Ele mandou modificar muita coisa aí nessa beirada – nós tínhamos desde rampa. Hoje tá tudo entulhado, tudo cheio de madeira, aí como o povo aqui não tinha onde trabalhar eu agarrei e criei um centro comunitário. Naquela época era ruim, às vezes chegava gente doente do interior e não tinha condição, aí eu corri atrás de médico, de dentista, hoje nós temos uma Associação Beneficente do Porto da Palha pra atender esse povo [...] (Sr. Sarmiento¹¹, morador).

Entre os produtores, o Sr. Rui Quaresma, morador da ilha do Combu, que há mais de 50 anos vende o seu açaí ou cacau e mantém relações de amizade na comunidade, traz as lembranças do antigo Porto da Palha:

[...] quando eu conheci o Porto da Palha tudo era mato aqui, não tinha esses comércios não tinha essas casas, não tinha nada aqui, era um caminho [...] se conhecia essa Rua Padre Eutíquio, como São Mateus, o primeiro nome dela era São Mateus, aí passou agora pra Padre Eutíquio, que foi melhorando, mas esse tempo era lama, não tinha ponte, não tinha nada, fazia a feira lá em terra, então depois foi melhorando, mas hoje em dia tá melhor, contudo que a ponte não presta [...]

[...] Olha, eu não tenho freguês certo; eu vendo pra qualquer um que chegue, aquele que chegar e botar dinheiro eu tô vendendo; meu ramo é esse, vender pra quem chegar, não tem atravessador, não tem nada, eu vendo direto pro maquinheiro e acabou de vender eu faço minhas compras e volto de novo (Rui Quaresma, extrativista, morador da ilha do Combu).

Hoje, o Porto da Palha é um espaço disponibilizado pelo poder público para abastecimento e comércio, onde se percebem singularidades nas suas múltiplas funções de entreposto de produtos regionais, local de trabalho, de moradia e de prestação de serviços. A seguir, apresentam-se características

11 - Esta entrevista com o sr. Sarmiento foi realizada em 2011, por ser um dos representantes daquela comunidade e criador da Sociedade Beneficente do Porto da Palha. O sr. Sarmiento faleceu em 2012.

dos espaços, onde se mantêm as interações com o ambiente ribeirinho, além das trocas comerciais.

O Trapiche

No trapiche, o fluxo de barcos que trazem mercadorias das ilhas e cidades do interior é diário e intenso desde a madrugada, e maior nos finais de semana. Os principais produtos ofertados são: farinha, açaí, carvão, frutas e mandioca, envolvendo o trabalho de: a) Produtores, que têm dupla ou tripla jornada como agricultores ou extrativistas, “barqueiros” e vendedores. Após as vendas, abastecem os barcos com gêneros alimentícios, gás e outros produtos para consumo ou venda; b) Atravessadores, que compram ou arrecadam produtos no interior e cobram uma porcentagem pela intermediação da venda; c) Carregadores, que esperam os barcos no trapiche para o desembarque e carregam os produtos para a feira ou para os consumidores, em geral os “maquineiros”.

O Porto também funciona como terminal de passageiros. Muitos barcos fazem o transporte regular para Belém, inclusive os que trazem os produtos transportam pessoas. Porém, não há estrutura adequada para esta função: a escada de ferro com degraus corroídos, não há mureta de proteção ou serviço de atendimento aos usuários.

A Feira

Na entrada do Porto da Palha funciona a feira livre, que se estende para a Av. Bernardo Sayão e Tv. Padre Eutíquio. Embora seja gerenciada pela SECON, não é padronizada e a estrutura foi montada pelos feirantes. São 140 equipamentos, entre barracas (107), tabuleiros (31) e tanques (2), ocupados por 131 permissionários cadastrados e 9 não cadastrados, que se somam aos ambulantes que utilizam bicicletas, geleiras, carros de mão e outros. Os produtos ofertados são: farinha,

açáí batido, frutas, hortifrutigranjeiros, industrializados, embutidos, mercearia, farinha, artesanato, peixe fresco e salgado, camarão fresco e seco, caranguejo, puçás, além de lanches e refeições.

A comunidade

Várias famílias residem na parte superior dos comércios ou nas vielas e becos, em condições precárias, mal conservadas, sem esgotos ou acesso de veículos. Entre as ações comunitárias, há 28 anos foi criada a Associação Beneficente do Porto da Palha, que oferece serviços médicos, odontológicos, exames e auxílio funeral aos associados, inclusive aos ribeirinhos. Quanto aos serviços públicos, a comunidade conta com um PM Box com rondas regulares em dois turnos, por 24h, pois é considerada área de risco, devido ao grande número de assaltos e roubos. Entre os problemas foram apontados a dificuldade de locomoção de pedestres, devido ao tráfego intenso, a falta de iluminação pública, pois muitos trabalham de madrugada e correm riscos de acidentes e assaltos.

Porto do Açáí

É um porto público, inaugurado em 1987, na Av. Bernardo Sayão nº 1725, no bairro do Jurunas. Consolidou-se como um dos principais pontos de escoamento da produção de frutos da palmeira açáí (*Euterpe oleracea* Mart.), mas também se encontram outros produtos como frutas regionais, verduras, farinha carvão e outros.

Recentemente o Porto foi reformado pela Prefeitura de Belém, com a recuperação do piso e ampliação do trapiche. As barracas e boxes foram padronizados, por iniciativa dos feirantes, que optaram por manter o espaço fechado ao acesso de veículos. Possui 93 equipamentos, entre boxes (34), barracas (9) e arreados (50), ocupados por 93 permissionários, sendo 58 cadastrados e 35 não cadastrados, que mantêm a Associação



dos Trabalhadores do Porto do Açaí (ATPA), sediada em um dos boxes. A estes se somam muitos produtores, marreteiros, carregadores e outros ambulantes, além dos usuários e passageiros.

O movimento é intenso durante as quatro feiras diárias: da madrugada até as 8 horas, chega o açaí de Muaná, São Sebastião da Boa Vista e das ilhas; das 9 às 11 horas, chega o açaí das ilhas e localidades próximas; das 12 às 15 horas, aportam os barcos de Muaná, Barcarena e outros municípios; e das 16 horas até a madrugada, recebem açaí, carvão, farinha, uma grande variedade de frutas regionais (PROJETO..., 2008, p.4).

A maior parte do açaí é vendida aos “maquineiros” e os outros produtos também abastecem o Complexo de Abastecimento do Jurunas, tanto pela proximidade quanto pela rede de comercialização estabelecida, uma associação natural entre os dois espaços, que se reflete na amostragem deste estudo.

Complexo de Abastecimento do Jurunas

O Complexo foi inaugurado em 1988, na Av. Bernardo Sayão com a Rua Fernando Guilhon. Tem estrutura de hortomercado, com 462 equipamentos, sendo 183 barracas, 207 boxes, 49 tabuleiros, 10 talhos, 12 tanques e um arreado, para venda de hortigranjeiros, mercearia, farinha, ervas, carnes e vísceras, frango abatido, peixe fresco e seco, camarão fresco e seco, caranguejo, lanches e refeições. Quanto aos trabalhadores, são 309 permissionários cadastrados, que mantêm uma Associação de Feirantes. Na associação com o Porto do Açaí, muitos abastecem seus boxes com farinha, carvão e frutas; já o pescado, compram na “pedra” do Ver-o-Peso.

Na área externa, há um posto da Secretaria de Segurança Pública, e barracas para venda de confecções, industrializados e o estacionamento. Na área interna, os boxes, barracas e talhos estão bem conservados, mas há problemas nas instalações, como goteiras em vários pontos, piso e banheiros em



péssimo estado, além do muro da lateral parcialmente destruído na parte de trás do complexo, dando acesso às casas vizinhas.

Feira da Orla de Icoaraci

A Feira da Orla funciona há mais de 10 anos na Rua Siqueira Mendes, ao lado do Posto de Fiscalização da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA). A sua estrutura inclui 24 equipamentos, sendo 9 barracas em madeira, com cobertura de telha, onde são comercializados frutas, verduras, farinha, carvão, refeições e gelo; 13 tabuleiros de madeira, e barracas desmontáveis com cobertura de plástico para a venda de peixe, camarão, hortifrutí e dois tanques de alvenaria para venda de caranguejo.

Sua localização à beira-rio é privilegiada por vários motivos. Foi instalada na parte elevada em relação ao porto, onde não há risco de alagamentos, e é de fácil acesso aos consumidores. Fica próxima ao Mercado Municipal, mas é independente deste, e mais associada à dinâmica do porto, onde chegam os produtos das ilhas, principalmente o pescado. Segundo a SECON, a ocupação desta feira é irregular, mas estão sendo realizados estudos para a sua estruturação.

Trabalho e práticas sociais informais

Na dinâmica das feiras, mercados e portos de Belém estão presentes as práticas e saberes de feirantes, produtores, intermediários e outras agentes, nas múltiplas formas de organização e reprodução do mercado informal de trabalho. Este segmento acompanha as transformações que vêm ocorrendo no cenário mundial nas últimas décadas, com reflexos no panorama brasileiro e, conseqüentemente, refletem-se no contexto regional e local. Segundo Antunes (2008), essas transformações são apresentadas como metamorfoses do trabalho nos

países desenvolvidos, com a “desproletarização ou retração da mão de obra na indústria e um crescimento do setor de serviços”, presentes no “trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, vinculados à economia informal”.

No caso estudado, identificam-se aspectos do trabalho informal e a sua representação para 138 trabalhadores das diversas categorias que atuam no Complexo do Ver-o-Peso, Porto da Palha, Porto do Açaí/Complexo de Abastecimento do Jurunas e Feira da orla de Icoaraci, constituídos como espaços públicos de abastecimento e comercialização na cidade. São locais de estrutura fixa para o comércio de gêneros alimentícios e congêneres, sob o gerenciamento da SECON, onde a maioria trabalha seis dias na semana (51,4%) exceto aos domingos, mas grande parte trabalha todos os dias, sem folgas (36,2%).

Quanto aos trabalhadores, a maioria das famílias é constituída pelo casal com três filhos (40,6%) e 28,9% mantêm agregados, parentes ou não, residente em Belém (91,3%), exceto 8,7% entre produtores e atravessadores que residem em outras localidades. A principal fonte de renda é o trabalho nas feiras, mercados e portos, com organização das atividades nos tipos individual (52,18%), familiar (42,03%), coletiva ou associativa (5,07%) e empresarial (0,72%). A maioria mantém vínculos familiares no trabalho, como herança ou desde a infância trabalham em feiras com parentes (71,7%). Esse aspecto também foi identificado por Lima, Coelho-Ferreira e Oliveira (2011, p. 427) e Leitão (2010), quanto ao envolvimento familiar na escolha da atividade.

Em sua maioria, os trabalhadores do Ver-o-Peso iniciaram suas atividades profissionais desde criança, auxiliando algum parente e passam ali parte importante do seu dia, muitos deles declarando que saem de casa às 2h da manhã e voltam às 7h da noite. Este fato provoca, em quase todos, a mesma resposta: “o Ver-o-Peso é minha família”, pois passam a maior parte do tempo neste local” (LEITÃO, 2010, p.28, grifos da autora).

No universo pesquisado, há trabalhadores que atuaram no mercado formal (21,0%), migraram para o informal e se tornaram feirantes (14,5%). Por outro lado, mais da metade (61,6%) sempre foi feirante, por vários motivos, para manter as atividades da família, trabalhar por conta própria, com flexibilidade na jornada de trabalho, maior renda, entre outras possibilidades do trabalho informal. Esse aspecto foi analisado por Sena (1998):

[...] a circulação de trabalhadores entre os mercados formal e informal da economia é algo muito comum na configuração da estrutura de funcionamento do mercado de trabalho nos países emergentes, como no caso do Brasil e, consequentemente, de Belém. O trabalhador pode estar trabalhando formalmente e, por algum motivo, perder o emprego e ser obrigado a desempenhar uma ocupação informal, podendo também ocorrer o movimento inverso, no qual o trabalhador sai do mercado de trabalho informal e passa para o formal (SENA, 1998, p.97).

Na identificação dos atores e as respectivas atividades, o termo *Permissionário* engloba os trabalhadores em feiras, mercados, hortomercados e portos públicos em uma só categoria (Decretos nº 26.579, nº 26.580 e nº 7.682/94; nº 39.326/2001). Este termo é generalizante e insuficiente para a abordagem sobre as categorias específicas, que aqui foram consideradas a partir da autoidentificação e classificadas em dois grupos:

a) categorias principais, cujas atividades estão associadas à vocação, ao conhecimento, à experiência e aos produtos que comercializa em um determinado local. A atividade com maior representação foi Feirante (47,3%), seguido de peixeiro (11,3%), erveiro/a (5,3%), vendedor (8,0%) onde se incluem os atravessadores/marreteiros), autônomo (14,0%), em geral os produtores rurais que vendem diretamente ao consumidor, além daqueles que se enquadraram em outras categorias (10,0%), entre os ambulantes não cadastrados



b) categorias auxiliares (ou coadjuvantes), cujas atividades dão suporte ou se associam às categorias principais, algumas não visualizadas durante o funcionamento das feiras, como os fornecedores (atravessadores ou produtores), exceto nos portos. São, em geral, trabalhadores avulsos, que auxiliam os feirantes na manutenção e abastecimento, como os carregadores, arrumadores, lavadores, descascadores, além dos vigilantes, em função da falta de segurança pública nas feiras, segundo os informantes.

Na divisão por gênero, predomina o trabalho masculino (83,3%), com cerca de 66% de diferença em relação ao feminino (16,7%). As atividades que exigem esforço físico, em geral, são realizadas por homens, como a venda de peixes e mariscos, plantas, farinha, maniva e açaí. As mulheres são maioria naquelas que exigem habilidades e sutilezas no trato com os produtos, observados na venda de ervas, artesanato e de polpas. Neste último, segundo Ferreira (2010, p.151-168), somente as mulheres trabalham com a venda e os homens exercem funções secundárias. Esta ocorrência é observada no complexo do Ver-o-Peso, onde há maior participação de mulheres do que nos demais espaços pesquisados.

Na constituição da renda familiar, não houve variação nas faixas de renda entre homens e mulheres, sejam ou não chefes de família (Tabela 1). As diferenciações estão vinculadas ao número de trabalhadores por sexo. A grande maioria dos trabalhadores de ambos os sexos encontra-se na faixa de 1 a 3 salários mínimos (83,4%), poucos ultrapassam a faixa de 3 a 5 SM (13,04%) e de 5 a 10 SM (2,17), e raros têm renda igual ou menor que um salário (1,45%) (Tabela 1). Quanto à experiência no trabalho em relação à renda, grande parte desses trabalhadores permanece há mais de 30 anos na atividade (30,4%), porém com renda de 1 a 3 salários mínimos, seguido dos que trabalham de 16 a 20 anos (17,4%) e de 21 a 30 anos (19,6%), nessa mesma faixa. Esses dados revelam que o tempo de atuação no trabalho não se reflete no aumento da renda dessas categorias, mas na freguesia que cativam.

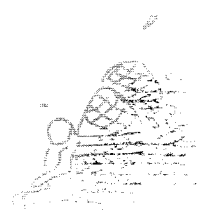


Tabela 1. Faixa de renda dos trabalhadores, por gênero.

Renda	Sexo		Total	%
	Feminino	Masculino		
Até 1 SM	-	2	2	1,45
1 - 3 SM	19	96	115	83,34
3 - 5 SM	3	15	18	13,04
5 - 10 SM	1	2	3	2,17
Total	23	115	138	100

Fonte: Pesquisa de campo (Silva,2011)

Outro aspecto é a participação das categorias nas suas entidades representativas como Sindicatos, Associações e nos movimentos sociais, como forma coletiva de enfrentamento dos problemas do trabalho, nas lutas pelos direitos e pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. Segundo Sena (1998, p. 138), “a baixa capacidade de se organizar para lutar por seus interesses faz com que o atendimento de suas reivindicações seja dificultado e que eles tenham muitos problemas junto às autoridades municipais”. Apesar da maioria não ser filiada a entidades (63,8%), cabe ressaltar que a participação de 34,8% tem contribuído para o fortalecimento de categorias como erveiras/os, peixeiros, feirantes e trabalhadores dos portos públicos, que se refletem nas ações coletivas pela melhoria das condições de trabalho, como a luta pela permanência dos Portos da Palha e do Açaí, que podem ser retirados, pois estão na área da intervenção urbanística Portal da Amazônia, na orla sul de Belém.

Apesar dos vínculos com os locais de trabalho, os feirantes criticam a ação da SECON quanto à infraestrutura, fiscalização e acesso aos serviços urbanos. Entre as dificuldades enfrentadas, destacam: a falta de padronização no Porto da Palha e Feira de Icoaraci; a segurança pública foi considerada ruim por 46,4% dos feirantes, inexistente por 13,8%, e alguns mantêm vigilantes nas suas barracas. A limpeza pública é ruim para 52,9%, e muitos reclamaram do acúmulo de lixo próximo aos locais de trabalho, pois afasta os consumidores ou “fregueses”. Foram apontados também os alagamentos no

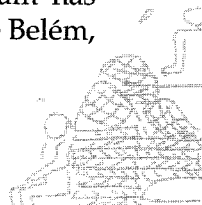
Porto da Palha e no Complexo do Ver-o-Peso em fevereiro e março, durante a “Maré Alta”, quando há perda de mercadorias.

Quanto aos tipos de comercialização, predomina a venda direta ao consumidor (83,3%), seguida da venda para intermediários (5,8%), e ainda venda para consumidores e intermediários (10,9%), incluídos os “maquineiros”. Os atravessadores (ou marreteiros) são os principais fornecedores (54,4%), mas grande parte também abas-tece direto dos produtores (43,5%). Há categorias que abastecem com os dois tipos de fornecedores, devido à variedade e natureza dos produtos que comercializam, como é o caso das/os erveiras/os. Os artesãos e pescadores abastecem somente com produtores – estes também podem ser identificados como produtores e não recorrem a intermediários. Os produtos regionais mantêm as condições socioeconômicas de uma parcela de trabalhadores informais em Belém e, ainda, têm valor simbólico, pois fazem parte dos costumes e da identidade cultural dos paraenses

Apesar dos problemas no cotidiano de trabalho, a maioria dos trabalhadores considerou o seu local de trabalho bom, ótimo ou satisfatório. Entre os motivos, a dependência dos espaços como meio de sobrevivência ou “ganha pão”, onde são reconhecidos pelo seu trabalho e pela atividade. Outro motivo foi o vínculo pessoal, pois no ambiente de trabalho estão inseridos em um grupo social, onde têm relações de amizades, de parentesco, de colaboração e contato com o público, com “freguesia certa”.

Conclusão

As trocas materiais e imateriais associadas aos recursos da sociobiodiversidade, de uso alimentar, medicinal, ornamental, artesanal e outros, envolvem o trabalho de produtores rurais e de trabalhadores informais. Elas expressam as complexas redes de intermediação que se realizam nas feiras, mercados e portos localizados na orla fluvial de Belém,



como locais provedores e reprodutores do trabalho informal. Este segmento, em geral observado a partir da precarização do mercado formal, encontra positivities para muitos trabalhadores que migraram para a informalidade ou sempre atuaram nessas atividades.

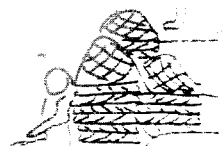
Os produtos regionais traduzem o potencial produtivo das ilhas e municípios paraenses, com destaque para as frutas regionais, verduras, plantas medicinais e ornamentais, resinas, sementes, pescado, mariscos, crustáceos, entre outros produtos como açaí e farinha, sendo grande parte inserida no mercado nos espaços pesquisados, cujo valor comercial garante a reprodução social de uma parcela de produtores rurais.

Na aproximação da sociobiodiversidade com o trabalho, apresentam-se as formas de organização das categorias de trabalhadores envolvidas nas atividades comerciais, e a representação econômica dos produtos regionais para a cidade de Belém, especialmente o açaí e outras frutas regionais, além do pescado, entre outros. Assim, os recursos da sociobiodiversidade transcendem o seu valor bioecológico e convertem-se em bens de uso e de troca, com base no trabalho informal e sustentam a principal atividade de populações rurais e a geração de trabalho e renda para trabalhadores urbanos.

No universo pesquisado, prevalece o trabalho informal, em espaços de uso permitido, cujas atividades se caracterizam pela forma de organização individual ou familiar, sendo que a grande maioria encontra-se na faixa de renda de um a três salários mínimos mensais e, em menor escala, na faixa superior a três salários mínimos, independente do sexo ou tempo de trabalho no comércio de produtos regionais, que por si possuem valor simbólico e cultural, além do comercial.

Referências

- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. Anuário Estatístico do Município de Belém, v. 17, 2012. Belém: SEGEP, 2012. 456p.
- BELÉM. Decreto Municipal Nº 39.326. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 1 out. 2001.
- BRASIL. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Brasília: MDA; MMA; MDS, 2009.
- CAMPELO, M. M. Conflito e espacialidades de um mercado paraense. In: LEITÃO, W. M. (Org.). Ver-o-Peso. Estudos antropológicos no mercado de Belém. Belém: NAEA, 2010 (p.41-68).
- CASTRO, E. (Org.). Cidades na Floresta. São Paulo: Annablume, 2009.
- CASTRO, E. Introdução: uma incursão temática à Belém. In: CASTRO, E. (Org.). Belém de águas e ilhas. Belém: CEJUP, 2006 (p.25-43).
- CASTRO, E. Tradição e modernidade. A propósito de processos de trabalho na Amazônia. Novos Cadernos NAEA, v. 2, n. 1, p. 31-50, jul. 1999.
- CASTRO, E.; SANTOS, M. A. Belém de águas e de portos: ação do Estado e modernização na superfície. In: CASTRO, E. (Org.). Belém de águas e ilhas. Belém: CEJUP, 2006 (p.25-43).
- CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. Novos Cadernos NAEA, v. 8, n. 2, p. 5-39, dez. 2005.
- COELHO, G.M. Os caminhos de Belém/The routes of Belém. Belém: Agir, 1996. 179p.
- CORRÊA, M.C.S. LEITÃO, W.M. Pescadores, Balanceiros, vendedores de café: trabalhadores da pedra do Ver-o-Peso. In: LEITÃO, W. M. (Org.). Estudos antropológicos no mercado de Belém. Belém: NAEA, 2010 (p.103-132).
- CRUZ, S. H. R.; CASTRO, E.; SÁ, M. E. R. Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: modernização e conflito. Belém, Novos Cadernos NAEA, v. 14, n. 2, p. 89-116, dez. 2011.
- FERREIRA, A.L.C.A.S. Mulher faz o que o homem não faz: relações de gênero no Complexo do Ver-o-Peso. In: LEITÃO, W. M. (Org.). Ver-o-Peso. Estudos Antropológicos no Mercado de Belém. Belém: NAEA, 2010. (p.151-168).



FERREIRA, A. M. M.; SALATI, E. Forças de transformação do ecossistema amazônico. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, p. 25-44, 2005.

FURTADO, L. G.; SOUZA, M. A. M. de. Belém, ocupação humana e uso dos recursos do estuário. In: CASTRO, E. (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006. (p. 161-178).

LEITÃO, W. M. (Org.). *Ver-o-Peso*. Estudos antropológicos no mercado de Belém. Belém: NAEA, 2010.

LIMA, M.D. Patrimônio Cultural: os discursos oficiais e o que se diz no *Ver-o-Peso*. In: LEITÃO, W. M. (Org.). *Ver-o-Peso*. Estudos antropológicos no mercado de Belém. Belém: NAEA, 2010. p. 69-102.

LIMA, P. G. C.; COELHO-FERREIRA, M.; OLIVEIRA, R. Plantas medicinais em feiras e mercados públicos do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, estado do Pará, Brasil. *Acta Bot. Bras.*, v. 25, n. 2, p. 422-434, 2011.

LISBOA, P.L.B. (Org.). *Aurá: comunidades e florestas*. Belém: MPEG, 2009. 274p.

MENDES, A.D.; SACHS, I. A inserção da Amazônia no mundo. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). *Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cêjup; UFPA/NAEA, 1997. (p.133-146).

MOREIRA, E. *Belém e a sua expressão geográfica*. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

NUNES, B. F. Interface entre urbano e o rural na Amazônia brasileira. In: CASTRO, E. (Org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

OLIVEIRA, A.E. de. *Ocupação Humana*. In: SALATI, E. et al. *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1983. (p. 144-327).

PENTEADO, A. R. *O Sistema portuário de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo).

PROJETO Nova Cartografia Social da Amazônia. *Feirantes e Ribeirinhos dos Portos Públicos de Belém*. v.7. Manaus: UFAM; Belém: UNAMAZ; UFPA; IAGUA, 2008 (Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia).

REBÊLO, G. H. ET al. O desafio do desenvolvimento sustentável no manejo de produtos florestais não-madeireiros: obstáculos e oportunidades na várzea do Amazonas. In: SALOMÃO, R. P.; TEREZO, E. F. M.; JARDIM, M. A. G. (Orgs.). *Manejo florestal nas várzeas: oportunidades e desafios*. Belém, MPEG, 2007 (p.177-208).

- ROCHA, H. C. et al. Perfil socioeconômico dos feirantes e consumidores da Feira do Produtor de Passo Fundo, RS. *Cienc. Rural*, v. 40, n. 12, 2010 (p.2593-2597).
- RODRIGUES, C.I. O Bairro do Jurunas, à beira do Rio Guamá. *Revista Mosaico*, v.1, n.2, p.143-156, jul./dez. 2008.
- SÁ, M.E.R.; COSTA, S.M.G. da; TAVARES, L.P.O. O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: CARDOSO, A.C.D. (Org.). *O rural e o urbano na Amazônia. Diferentes Olhares em Perspectivas*. Belém: EDUFPA, 2006 (p.113-160).
- SANTOS, A. J. et al. Produtos não madeireiros: conceituação, classificação, valoração e mercados. *Revista Floresta*, v. 33, n. 2, 2003 (p.215-224).
- SANTOS, R. A. de O. *Historia Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- SARGES, M. N. Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.
- SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v.19, n. spe, p. 1-12, 2007.
- SECON-Secretaria Municipal de Economia. Dados sobre o volume de produtos ofertados em portos. Belém: SECON/DFMP, 2011. (CD).
- SENA, A. L. O trabalho informal nas ruas e praças de Belém. Estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém, NAEA/UFPA, 1998. 230p.
- SILVA, I. S. Trabalho e sociobiodiversidade: interações rural-urbano na orla de Belém do Pará. Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais. Belém, NAEA/UFPA, 2011. 178p.
- SILVA, J.S.; BARBOSA, J.L. O sentido do trabalho Informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/O_sentido_do_trabalho_informal_na_construcao_de_alternativas_socioeconomicas_e_o_seu_perfil_no_RJ.PDF>. Acesso em: 26 abr. 2011.
- TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C.; SANTOS, E. R. C.; RAVENA, N. A cidade e o rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém. In: TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C.; SILVA, M. A. P. da. (Orgs.). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005.

